



dispensa de Alex Pena Tosta da Silva, a função comissionada de ESPECIALISTA, código STM-FC-05, junto à Diretoria de Documentação e Divulgação. Em consequência, fica dispensada da função comissionada de AUXILIAR, código STM-FC-02, junto à citada Diretoria.

Art. 2º DESIGNAR a Técnica Judiciária, área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, LUZIMAR DIAS CARVALHO, matrícula 359, para exercer, em decorrência da dispensa de Luciana Monteiro de Barros Reis, a função comissionada de AUXILIAR, código STM-FC-02, junto à Diretoria de Documentação e Divulgação. Em consequência, fica dispensada da função comissionada de AJUDANTE, código STM-FC-01, junto à citada Diretoria.

Art. 3º DESIGNAR o Analista Judiciário, área Apoio Especializado, especialidade Biblioteconomia, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, JONNIERY DOS SANTOS MOREIRA, matrícula 9166, para exercer, em decorrência da dispensa de Luzimar Dias Carvalho, a função comissionada de AJUDANTE, código STM-FC-01 junto à Diretoria de Documentação e Divulgação.

Ten Brig Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS

ATO Nº 1.201, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e tendo em vista o requerimento datado de 10 de março de 2015, resolve:

DECLARAR a vacância, a contar de 10 de março de 2015, do cargo de Técnico Judiciário, área Administrativa, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, do servidor MARCOS DA SILVA MEDEIROS, matrícula 7961, lotado na 1ª Auditoria da 2ª CJM, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90.

Ten Brig Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATO Nº 533, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do PA. 0005983-46.2015.4.01.8000-TRF, resolve:

REDISTRIBUIR nos termos do art. 37, da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Lei 9.527/1997, c/c a Resolução n. 146/2012-CNJ, um cargo da categoria funcional de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 4, ocupado pela servidora PATRÍCIA DA MARTA BOTELHO FAGUNDES MARQUES, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Contagem, para o Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em reciprocidade com um cargo vago de Técnico Judiciário, Área Administrativa.

Des. CÂNDIDO RIBEIRO

ATO Nº 536, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o decidido no PAe 0000140-03.2015.4.01.8000, RESOLVE:

I - DESIGNAR os seguintes magistrados para atuação nas Turmas Recursais das Seções Judiciárias do Pará e do Amapá:

Juiz Federal JOSÉ AIRTON DE AGUIAR PORTELA para a Presidência da 2ª Turma Recursal e Coordenador das Turmas Recursais, pelo período de 2 (dois) anos;

Juiz Federal Substituto EMANUEL JOSÉ MATIAS GUERIRA a suplência da 1ª Turma Recursal, sem prejuízo de sua jurisdição na 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará, até 05/05/2015;

Juiz Federal SERGIO WOLNEY DE OLIVEIRA BATISTA GUEDES para a Suplência das 1ª e 2ª Turmas Recursais, sem prejuízo da jurisdição na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará, até ulterior deliberação.

II - DISPENSAR os magistrados abaixo das seguintes funções nas Turmas Recursais das Seções Judiciárias do Pará e do Amapá:

Juiz Federal Substituto EMANUEL JOSÉ MATIAS GUERIRA da 1ª Relatoria da 1ª Turma Recursal;

Juiz Federal ILAN PRESSER da suplência das 1ª e 2ª Turmas Recursais.

Des. CÂNDIDO RIBEIRO

PORTARIA Nº 127, DE 18 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do art. 95 da Lei n. 8.112/90, e o decidido no PAe 0001798-50.2015.4.01.8004, resolve:

AUTORIZAR, com ônus limitado, o afastamento do País do Juiz Federal RAFAEL IANNER SILVA, da Vara Única da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA, para participar do Seminário Internacional "III Seminário Luso-Brasileiro de Direito: Estado de Direito, Direitos Fundamentais e Combate à Corrupção - Interfaces Portugal/Brasil" a realizar-se na cidade de Lisboa, Portugal, no período de 06 a 10/04/2015.

Des. CÂNDIDO RIBEIRO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 44, DE 18 DE MARÇO DE 2015

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Resolução TSE nº 23.430, de 12 de agosto de 2014, e no Processo Administrativo Digital nº 1503000/2015,

REDISTRIBUIR o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, ocupado pelo servidor LEONARDO CÉSAR LEANDRO MADEIRA, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, criado pela Lei nº 10.842/2004, em reciprocidade com CARGO VAGO de mesma denominação, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

GERALDO AUGUSTO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 59, DE 24 DE MARÇO DE 2015

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Procedimento Administrativo nº 1208605/2012, resolve:

Art.1º CEDER o servidor GUSTAVO DE CASTRO MACHALHÃES, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe B, Padrão 10, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Parlamentar SF-01 no Senado Federal, sem ônus da remuneração do cargo efetivo para este Órgão, nos termos do art. 93, inciso I, da Lei nº 8.112/90.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

GERALDO AUGUSTO DE ALMEIDA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 265, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O DESEMBARGADOR EDVALDO PEREIRA DE MOURA, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o teor do despacho da Sra. Diretora Geral exarado às fls. 119 do Processo nº 2653/2012, resolve

Dispensar a servidora SORAYA MARIA SIMEÃO FERREIRA, Analista Judiciário, Área Administrativa, matrícula nº 451, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da Chefia do Cartório (FC-1) da 75ª Zona Eleitoral, sediada em Landri Sales/PI.

Des. EDVALDO PEREIRA DE MOURA

PORTARIA Nº 269, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O DESEMBARGADOR EDVALDO PEREIRA DE MOURA, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o teor do despacho contido no Processo Administrativo Digital nº 1590/2011, resolve:

Art. 1º Declarar vago, com base no art. 34 da lei nº 8.112/90, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupado por MOISÉS PAULO SÉRVIO.

Art. 2º. Considerando o que determina o art. 172 da Lei nº 8.112/90, esta Portaria tem efeitos retroativos ao dia 30 de janeiro de 2014.

Des. EDVALDO PEREIRA DE MOURA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 22, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, no desempenho de suas atribuições descritas no inciso III do art. 14 do Regimento Interno deste Tribunal e considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo n. 342/2006 - SGP, resolve:

Art. 1º Conceder à servidora SIMONE CELLIS GAIA ALENCAR, Técnico Judiciário, Área Administrativa, "licença por motivo de afastamento do cônjuge", a contar de 10 de março de 2015, até 10 de setembro de 2015, com fundamento no art. 84, caput e §§, da Lei n. 8.112/90.

Parágrafo único. A presente licença é concedida com remuneração, tendo em vista que a servidora deverá entrar em exercício provisório junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE), em conformidade com manifestação daquele órgão através do Despacho PAD n. 2871/15, de 05 de março de 2015.

Art. 2º Conceder à servidora SIMONE CELLIS GAIA ALENCAR 20 (vinte) dias de prazo para deslocamento e retomada do efetivo exercício das atribuições do cargo na nova sede, a contar de 10 de março de 2015, de acordo com o art. 18 da Lei n. 8.112/90.

Des. MOREIRA CHAGAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 290, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no artigo 93, inciso I, da Lei 8.112/1990, e tendo em vista o contido no PA-e 00.999/2015, resolve:

Ceder o servidor RODRIGO RÉGIS PALMEIRA, matrícula 319.209, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Programação de Sistemas, Classe A, Padrão 1, Nível Intermediário, para o Tribunal de Contas do Distrito Federal, a fim de exercer o cargo em comissão de Assessor, símbolo TC-CCA-2, pelo prazo de 6 (seis) meses, com ônus do cargo efetivo e do cargo em comissão para o cessionário.

Des. GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA

PORTARIA Nº 497, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA N 6250/2015, resolve:

Art. 1º Designar JOSE GUSTAVO PARREIRAS HORTA LIMA, matrícula N. 311.078, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Programação de Sistemas, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-02, do Gabinete da Secretaria-Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA

PORTARIA Nº 509, DE 20 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no P.A. nº 2.841/2015, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária integral, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47, de 5 de julho de 2005, à servidora MARIÂNGELA PALIS HORTA, matrícula 308.989, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Taquigrafia, Classe "C", Padrão 13, Nível Superior, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990 c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001; no art. 3º da Lei 8.911/1994 c/c a Resolução 19/1994-TJDF e com o art. 15 da Lei 9.527/1997.

Des. GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO Nº 289, DE 17 DE MARÇO DE 2015

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, considerando o disposto no art. 37 da Lei nº 8.112/90, com redação dada pela Lei nº 9.527/97, de acordo com a Resolução CNJ nº 146/12, e o contido nos Ofícios CLP-SAEL nº 132/2015, deste Tribunal, e Ofício n. DGP/290/2015, oriundo do TRT da 3ª Região, resolve:

Redistribuir o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, ocupado pela servidora MARIA ADELAIDE PEREIRA DE SOUZA, matrícula nº 103039, para o Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em reciprocidade com idêntico cargo vago.

Desª SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO
DEVONALD

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 288, DE 19 DE MARÇO DE 2015

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o disposto no art. 37 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; CONSIDERANDO os termos da Resolução n. 146, de 6 de março de 2012, do Conselho Nacional de Justiça; e CONSIDERANDO o constante no processo TRT/e-PAD/31808/2014; resolve:

Art. 1º Redistribuir o cargo vago de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, decorrente da aposentadoria do servidor Olegário Alfredo da Silva, para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Seção Judiciária de Minas Gerais, em reciprocidade com o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, ocupado pela servidora Patrícia da Marta Botelho Fagundes Marques daquela Corte.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Des.MARIA LAURA FRANCO LIMA DE
FARIA